

TEMPO INDETERMINADO

Manifesto marca início da greve estadual em Tangará

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

A maioria dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso decidiu cruzar os braços e desde esta terça-feira, 31 de maio, paralisaram as atividades em diversos setores, entre eles a educação, saúde e segurança pública. O motivo é pelo não pagamento da Revisão Geral Anual (RGA), neste mês de maio.

Em Tangará da Serra – onde a greve atingiu servidores ligados ao Sintep, Unemat, Ciretran, Polícia Judiciária Civil e Saúde – o início do movimento grevista foi mar-

cado com um manifesto na Avenida Brasil, que reuniu cerca de 100 pessoas, especialmente ligados a educação. “Hoje é o primeiro dia de greve geral na educação no Estado de Mato Grosso reivindicando o RGA, a suspensão das PPPs [Parceria Público Privada] e o calendário de realização do concurso público”, explicou a presidente da Subsele do Sintep, Francisca Alda de Lima, ao lembrar que a greve seguirá por tempo indeterminado. “Assim que o Governador [Pedro Taques] negociar as pautas da categoria, chamaremos de volta a comunidade escolar e as aulas continuarão, os trabalhos

continuarão”.

Em negociação há meses, a polêmica em torno do pagamento da RGA chegou ao ponto alto quando o Governo ofereceu pagar o benefício em duas etapas: um percentual de 5%, sendo 2% no mês de setembro e os 3% restantes em janeiro de 2017. “Ele apresentou uma proposta em que a categoria acha no mínimo indecente. A proposta apresentada é inaceitável: 2% em setembro e 3% no ano que vem, sendo que em 2017 já temos um outro RGA”, conta. Os servidores não concordaram com a proposta e querem o pagamento integral de 11,28%, ainda neste ano.



O início do movimento grevista foi marcado com um manifesto na Avenida Brasil

CONTRA PPP



Ambas escolas estão no projeto de parceria do Estado

Pretensão de estudantes é ocupar escolas de Tangará

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Contrários ao projeto do Governo do Estado de Mato Grosso, que prevê transferir a gestão das escolas públicas para a iniciativa privada, por meio de Parceria Público Privada (PPP), que estudantes ligados a Associação Mato-grossense dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes já ocuparam sete escolas no Estado desde o início do movimento. Quatro delas em Várzea Grande, uma em Cuiabá e duas no interior.

Em entrevista aos sites da capital, o presidente da União Estadual dos Estudantes, Vinicius Brasilino disse que a tendência é que o movimento se amplie para outras regiões do estado, podendo, inclusive, ocupar duas escolas de Tangará da Serra – Professor João Batista e Jonas Lopes da Silva. “Os estudantes de

Tangará da Serra estão conversando e já estão se mobilizando. Vão ocupar as duas escolas assim que estiver tudo organizado”, adiantou a presidente da Subsele do Sintep, Francisca Alda de Lima, ao informar que representantes da categoria em Tangará estiveram em Cuiabá e poderão, nos próximos dias, concretizar as ocupações em ambas unidades escolares. Essas escolas estão incluídas na proposta estadual de privatização.

Vale destacar que a greve atinge 22 escolas estaduais e cerca de 10 mil estudantes de Tangará da Serra. “Então é uma greve de tamanho bastante considerável, bastante preocupante, porém a comunidade escolar, os pais e a sociedade como um todo precisa entender o que está acontecendo: não aceitar as parcerias público privada sem o debate, sem conhecer o projeto e entender que o RGA é um direito constitucional”.

NOVA OLÍMPIA

Prefeito sanciona Lei concedendo RGA de 12% aos servidores



O prefeito sancionou nesta terça-feira a Lei aprovada pela Câmara de Vereadores

>> **Nélson Alves**
Assessoria

Reposição será parcelada em seis vezes. Salário de maio já sai com 2%

Servidores públicos Municipais de Nova Olímpia terão 12% de Reposição Geral Anual (RGA). O prefeito Cristóvão Masson sancionou na tarde desta terça-feira, 31, a Lei aprovada pela Câmara de Vereadores que permite ao Executivo Municipal conceder a reposição em seis parcelas de 2% entre os meses de maio a

outubro.

O RGA contempla a reposição dos índices da inflação, medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que apontam uma inflação de 9,83% no período 2015/16. Entretanto, além do índice, o Executivo concedeu 2,17%, relativos ao ano de 2015, quando a prefeitura apenas repôs 4% dos 8,34%. Segundo o prefeito, diante o quadro de recessão que atravessa o país, estado e consequentemente o município e de acordo com os estudos da equipe técnica, o máximo é 12%. “De nada adianta

aumentar o percentual e não podermos fechar a folha de pagamento”, justificou Cristóvão.

O Sindicato dos Servidores (SISPUNO) havia solicitado 14,17% na mesa de negociação, porém em Assembleia decidiu aceitar a proposta de 12%, mediante a concessão dos 2% já na folha de maio. “Nesse sentido, tivemos a colaboração da Câmara de Vereadores que, em sessão extraordinária aprovou por unanimidade o Projeto de Lei Complementar permitindo a reposição aos Servidores. Nesta oportunidade quero agra-

decer ao presidente da Câmara, vereador Sergio Scheffer por convocar os vereadores para deliberar sobre esse assunto, bem como quero estender os agradecimentos a todos por aprovarem a Lei”, disse o prefeito. A sessão aconteceu na manhã desta terça-feira.

Com a reposição de 12%, ano final dos seis meses, o impacto na folha de pagamento dos servidores será de R\$ 234.604,61. Dessa feita, estima-se que a folha passe dos R\$ 1.755.876,53 atuais para R\$ 1.990.481,14 em outubro.